



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus**

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA

VI CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA

COMUM/POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (PESC/PCSD)

(Saeima, Riga, Letónia | 4 a 6 de março de 2015)

Composição da Delegação

Integraram a **Delegação da Assembleia da República** os seguintes Senhores Deputados:

- André Pardal (PSD), membro da Comissão de Defesa Nacional (CDN) e Chefe da Delegação;
- Marcos Perestrello (PS), membro da CDN;
- Sérgio Sousa Pinto (PS), Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP)
- António Rodrigues (PSD), membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP)
- Carlos São Martinho (PSD), membro da Comissão de Assuntos Europeus (CAE);

O apoio técnico foi prestado pelo Assessor da Comissão de Defesa Nacional, Francisco Pereira Alves, e pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Maria João Costa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus

Enquadramento

O Parlamento da República da Letónia, Saeima, no âmbito da dimensão parlamentar da respetiva Presidência do Conselho da União Europeia (UE), organizou em Riga, nos dias 4 a 6 de março de 2015, a VI Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD. Esta Conferência, contou com a participação de todos os Parlamntos nacionais da UE, do Parlamento Europeu e dos Parlamntos dos países candidatos¹.

A documentação disponibilizada pela organização desta Conferência encontra-se acessível em: <http://parleu2015.lv/en/events/view/4>.

Reunião dos Chefes de Delegação

No início da manhã do dia 5 de março reuniram-se os Chefes de Delegação, sob a presidência do Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento da Letónia - Ojārs Ēriks Kalniņš -, tendo sido debatido o texto das conclusões, numa versão preparada antecipadamente pela Presidência e pela *Troika*² e que tentou aceitar o maior número de alterações apresentadas. Esta versão suscitou ainda comentários das delegações da Lituânia, da Suécia, da Alemanha e da Áustria. A delegação de Portugal apresentou, à margem, duas sugestões de redação, que foram incorporadas no texto final (eliminação do inciso final do ponto 14 e inclusão no ponto 18 do inciso "*by partner countries*").

A proposta de conclusões ficou quase fechada, tendo a presidência sido encarregue de apresentar o texto que resultou desta reunião no decurso do dia.

¹ <http://parleu2015.lv/files/cfsp-csdp/final-list-of-participants-cfsp-csdp-2.pdf>

² Itália, Letónia, Luxemburgo e Parlamento Europeu



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus

Programa

Do Programa³ da Conferência constavam os pontos que seguidamente se apresentam:

- **Sessão de Abertura**

Na Sessão de Abertura da Conferência foram oradores a Presidente do Parlamento da Letónia, Ināra Mūrniece, o Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do mesmo Parlamento, Ojārs Ēriks Kalniņš, e o Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu, Elmar Brok.

Inara Mūrniece lembrou que a importância das questões de segurança e defesa para a Europa aumentou em consequência dos recentes eventos na Ucrânia, o que obriga a refletir acerca das medidas a adotar e a questionar a capacidade de reação em tempo útil. Recordou o Acordo de Munique de 1938, que, ao permitir a anexação de uma parte da antiga Checoslováquia, para tentar preservar a paz, não evitou a guerra, afirmando que as lições do passado não devem ser esquecidas numa altura em que a situação é ainda mais complexa, particularmente para os Países Bálticos, preocupados com o potencial nuclear da Rússia.

Considerou que, perante as novas formas de ameaça à segurança, a Europa deve desenvolver capacidade para resistir à “guerra híbrida” lançada pela Rússia nas regiões do Leste da Ucrânia, e à guerra de informação que a acompanha. Declarando o apoio da Letónia à revisão do conceito de defesa e segurança europeia e à adoção de uma estratégia de comunicação comum da UE, que lhe permita de forma eficaz combater as campanhas de desinformação.

³ http://parleu2015.lv/files/cfsp-csdp/programme_cfsp_en-5.pdf



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

Por outro lado, enfatizou a necessidade de acompanhar de perto a aplicação dos acordos de Minsk, enquanto base para uma solução sustentável na defesa da soberania e integridade territorial da Ucrânia.

Ojārs Ēriks Kalniņš começou por se referir à necessidade de fortalecer o papel da UE no panorama global e à importância de reavaliar a política de vizinhança, no sentido de reforçar a cooperação como elemento da estratégia de defesa e segurança na Europa.

Recordou a agressão da Rússia em relação à Ucrânia, designadamente através da anexação da Crimeia, considerando, todavia, que a questão da vizinhança oriental não pode ser considerada uma ameaça para a UE. Entende, deste modo, que deveriam ser desenvolvidos os contratos de associação com a Ucrânia, a Geórgia e a Moldávia e ser flexibilizada a concessão de vistos, tanto em relação a estes países como à Bielorrússia, à Arménia e ao Azerbaijão.

Por outro lado, as boas relações entre a UE e os países da Parceria Oriental não deverão ter como resultado prejudicar as relações com a Rússia. Referiu-se ainda ao problema do terrorismo, à imigração ilegal e ao tráfico de pessoas e nas consequências que estes fenómenos têm na vida dos cidadãos dos países desta região.

Realçou também o apoio eficaz da UE à União para o Mediterrâneo (UpM) e apelou ao reforço do diálogo com os países da Ásia Central.

Lembrou que a “guerra de informação” pode afetar o sentimento de segurança dos cidadãos e defendeu a necessidade de adoção de uma política de comunicação comum da UE e a reformulação do conceito de estratégia de defesa e segurança europeia.

Defendeu também o fortalecimento do relacionamento entre os 28 e entre a UE e a NATO, aproveitando as respetivas sinergias, designadamente na luta contra o terrorismo e a contra informação, dando como exemplo o Centro de Comunicações Estratégicas da NATO, em Riga.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

Referiu-se, finalmente, ao Tratado de Comércio Transatlântico entre a UE e os EUA, considerando-o um tratado histórico.

Elmar Brok aludiu ao facto de a anexação da Crimeia pela Rússia ter posto em causa o sonho de uma Europa em paz e com segurança. No entanto, defendeu que os conflitos devem ser resolvido através de acordos legais e de soluções pacíficas, pois o mundo ocidental não quer desencadear uma guerra contra a Rússia. Embora esta anexação se baseasse no argumento do desrespeito dos direitos das minorias russas na Ucrânia, na verdade a Rússia nunca recorreu ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos para fazer valer esses direitos.

Assinalou que a solidariedade demonstrada pelos países europeus, consubstanciada na adoção de sanções, era impensável há um ano e representa um progresso para a UE, e que poderá ser aproveitada caso tenham de ser adotadas novas sanções em consequência da continuação do incumprimento dos acordos de Minsk.

Defendeu, assim, a aprovação de uma estratégia comum em relação à Rússia, pois o fundamentalismo eslavo que esta promove é contra os valores europeus dos direitos humanos, da democracia, da liberdade, da tolerância e do pluralismo. Evidenciou a necessidade da celebração de acordos de associação com a Ucrânia, a Moldávia e a Geórgia, que conduzam ao seu desenvolvimento social e económico.

De igual modo, defendeu a concessão de mais ajuda económica aos países do Norte de África, de modo a oferecer melhores condições de vida às suas populações e dar-lhes esperança, uma vez que toda esta região está ameaçada pelo fundamentalismo, destacando a situação na Líbia e a necessidade de um acordo para ajudar a derrotar as forças radicais e terroristas. Referiu-se ainda aos problemas da imigração, à necessidade de encontrar soluções comuns e de trabalhar de forma construtiva, reconhecendo a escassez das medidas práticas já tomadas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

Finalmente, referiu-se à necessidade de adotar medidas e compromissos comuns na política externa e evidenciou a importância das relações entre a UE, os EUA e a NATO para a defesa da Europa.

Sessão I

- **Ponto de situação da Política Europeia de Vizinhança**

Intervieram nesta sessão o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Letónia, Edgars Rinkēvičs, o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt, e o Secretário-geral da União para o Mediterrâneo (UpM), Fathallah Sijilmassi.

Edgars Rinkēvičs reconheceu que a situação atual é muito complexa, tanto a sul como a leste. Estando a decorrer a revisão da política de vizinhança, evidenciou a necessidade de proceder à avaliação dos riscos, dos desafios e dos objetivos em relação a estas vizinhanças, tendo presentes os fenómenos que afetam a segurança da Europa como o terrorismo, a imigração, a situação volátil no Norte de África e no Médio Oriente e a violação do direito internacional pela Rússia no leste da Ucrânia e na anexação da Crimeia. Reconheceu que, se em relação à Rússia a UE teve uma abordagem comum, já quanto ao sul ou ao processo de paz do Médio Oriente, tal não aconteceu.

Defendeu que a UE tem de dar um sinal forte acerca da importância da Parceria Oriental, devendo ser adotada uma abordagem correta e individualizada para cada um dos países que a constituem, pois são não são todos iguais e têm interesses e objetivos diferenciados.

Por outro lado, o pacote de ajuda a oferecer não deve ser apenas financeira, mas também de especialistas para apoiar as reformas estruturais nas áreas sociais e políticas no sentido de lhes assegurar estabilidade, prosperidade e segurança a longo prazo. Referiu-se ainda à necessidade da facilitação do regime de vistos, designadamente em relação à Ucrânia e à Geórgia.

Quanto à situação na Líbia, recordou o apoio, tanto do ponto de vista financeiro como político, prestado pela UE, em conjunto com a ONU, para a sua estabilização, e como,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

também em relação a todo o Norte de África, isso implica o empenho no desenvolvimento de objetivos estratégicos a longo prazo. Defendeu o estabelecimento de metas e objetivos concretos e o aprofundamento do debate para a luta contra o terrorismo, lembrando que esta não depende apenas da coordenação entre os países da UE, mas também dos países da região que devem ser envolvidos na procura de soluções para o problema.

Carl Bildt apontou as diferenças entre os países que constituem a Parceria Oriental e a União do Mediterrâneo, referindo-se seguidamente à situação na Síria, na Líbia, no Egito e na Tunísia – que considera ser o único que mantém a esperança de percorrer um caminho democrático –, na Ucrânia – mais comprometida com a reforma do país e com a integração no espaço europeu –, na Bielorrússia e nos três países do Cáucaso, e defendeu a necessidade de adoção de políticas diferenciadas em função das suas especificidades. Realçou a importância que a UE tem para os países vizinhos, tendo em conta aspetos como a população, o desenvolvimento económico e o volume de trocas comerciais.

Referindo-se às relações com a Rússia, considerou que existe um retrocesso originado pela sua atuação. Quanto à vizinhança a sul, aludiu ao surgimento do fundamentalismo que combate os valores do mundo ocidental e com o qual a UE tem muitas vezes dificuldades em lidar, levando muito tempo a reagir e a formular respostas políticas estratégicas.

Entende ser necessário elaborar uma nova estratégia global de segurança para a UE, pois esta não pode responder aos novos desafios com modelos do passado. Realçou a necessidade do desenvolvimento económico nos países da vizinhança, o que criará classes médias capazes de mudar as sociedades e que as “empurrem” para a democracia. Nesse sentido, defendeu o aperfeiçoamento das políticas comerciais e de integração económica, não condicionando a sua aplicação à alteração obrigatória dos seus sistemas políticos.

Afirmou apoiar a promoção dos direitos humanos, do Estado de Direito e dos governos representativos, bem como o alargamento dos *Acordo Abrangente e Aprofundado de Livre Comércio* (DCFTA), a todos os países integrantes das parcerias, tanto do leste como do sul, e defendeu a visão de uma “integração das integrações” para o dia em que a Rússia e os seus parceiros na União Económica da Eurásia estiverem prontos para isso. Porém, para o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

futuro próximo, pensa que é provável que a Rússia seja muito mais um problema estratégico do que de um parceiro estratégico.

Mostrou-se preocupado com a situação no Egito, cujo caminho poderá representar uma catástrofe e em relação ao qual a UE não se deveria calar.

Finalmente, concluiu que a importância da política europeia de vizinhança, enquanto chave para a segurança e para a prosperidade da Europa, é crucial para a nossa credibilidade global.

Fathallah Sijilmassi defendeu uma abordagem global da UE em relação aos problemas da vizinhança do Sul tendo como objetivos o crescimento, a estabilidade e a segurança. Realçou os projetos comuns de cooperação existentes, designadamente na área do ambiente. Reafirmou a convicção de que segurança e desenvolvimento estão interligados e há que procurar soluções globais e duradouras para os problemas da região que, embora se debata com uma crise, apresenta muitas oportunidades de negócio e de desenvolvimento.

Recordou que na UpM impera o princípio da igualdade, na qual os membros têm os mesmos direitos, deveres e obrigações e trabalham em conjunto, sem exclusões, e respeitando os interesses de todos países.

Por outro lado, a revitalização da UpM implica a criação de uma agenda mediterrânica, na qual estejam presentes, designadamente e entre outros, os temas do desemprego, dos direitos das mulheres, do ambiente, do crescimento, dos transportes e da indústria. Defendeu a continuação da cooperação com a UE, baseada nas sinergias existentes, e a criação de projetos comuns, com o conseqüente reforço do investimento, tendo por base o lema: ação e resultado. Evidenciou ainda a necessidade de promover a integração regional para garantia da estabilidade política. Destacou, finalmente, a importância dos parlamentos nesta aproximação, colocando o ênfase na reunião interparlamentar a ter lugar em Lisboa, em maio.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus

Debate

No debate que se seguiu intervieram deputados do Parlamento Europeu e representantes dos Parlamentos da Lituânia, da Noruega, da Hungria, da Polónia, da França, da Geórgia, da Turquia, da Holanda, da Grécia, da Lituânia e de Espanha, que colocaram questões e expressaram opiniões acerca do tema em discussão, designadamente em relação às preocupações relativas à situação na Ucrânia, aos acordos de associação, à posição da Rússia em relação aos acordos de Minsk, à adesão da Turquia, à posição dos países da UE quanto à Palestina, aos direitos humanos, à nova agenda europeia de segurança e para a imigração, à instabilidade em Marrocos, na Argélia e no Egito e à questão dos jovens europeus *ihadistas*, às quais os oradores responderam.

O Senhor Deputado **António Rodrigues** interveio para se congratular com a discussão sobre a política de vizinhança da UE e realçou o facto de, ao falar-se das fronteiras orientais ou do sul ou da ameaça do Daesh, se estar a discutir os direitos humanos, a proteção de fronteiras e a soberania. Recordou o número de vidas que estão em perigo na Ucrânia ou das que se têm perdido no Mediterrâneo, quando os imigrantes apenas procuram uma vida melhor. Defendeu que só a cooperação entre os países da UE pode fazer com que os problemas sejam resolvidos e que a política europeia de vizinhança não precisa de mais dinheiro, mas sim de políticas, de políticos e de estratégia.

Apelou ao esforço dos Estados membros no sentido de adotarem medidas comuns, pois a política de defesa e segurança, sendo parte integrante da política externa acaba por ter as suas consequências no interior da EU, e incentivou-os a acreditar e a trabalhar para salvarem vidas e salvar a própria UE.

Sessão II

- **Política Comum de Segurança e Defesa e a NATO – Melhor cooperação em face dos Novos Desafios de Segurança**

A sessão foi aberta pelo Presidente da Comissão de Defesa, Assuntos Internos e Prevenção da Corrupção do Parlamento da Letónia, **Ainars Laktovskis**, que salientou que 22 dos Estados membros da UE são também membros da NATO e que partilham um



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

conjunto de recursos de defesa, a fim de alcançar os objetivos militares de ambas as organizações. Invocou a necessidade a uma maior cooperação e coordenação entre a UE e NATO em áreas como o planeamento das capacidades de defesa e de treino militar, de forma a evitar a duplicação desnecessária de esforços. Referiu que a Letónia também vê possibilidades de cooperação na área de comunicação estratégica entre a UE e a NATO.

Também notou que a agressão da Rússia na Ucrânia revelou uma separação não oficial de funções entre as duas organizações - a UE usa ativamente instrumentos políticos e económicos, enquanto a NATO está a reforçar a segurança nos seus Estados membros - e que esta separação indica a direção para as suas atividades futuras.

Também interveio a Vice-presidente da Subcomissão da Segurança e Defesa do Parlamento Europeu, **Anna Fotyga**, que se referiu à UE como uma região estável, próspera, de paz e democracia e alertou para os problemas nas suas fronteiras orientais e do Sul, esperando que os seus membros estejam conscientes para, em conjunto, se empenharem numa estratégia de defesa de segurança europeia.

Foram, de seguida, oradores Raimonds Vējonis, Ministro da Defesa da República da Letónia, Alexander Vershbow, Secretário-Geral Adjunto da NATO, e Maciej Popowski, Vice-Secretário-Geral do Serviço Europeu para a Ação Externa.

Raimonds Vējonis referiu-se à situação criada pela Rússia na Ucrânia, à ascensão do fundamentalismo no Médio Oriente, aos ataques terroristas na Europa e aos problemas de imigração para justificar a necessidade de reforçar a capacidade de resposta da UE e de rever a estratégia de segurança e defesa perante estas novas realidades, apoiar as iniciativas do Serviço Europeu para a Ação Externa e melhorar os mecanismos de cooperação com a NATO, enquanto seu principal parceiro.

Alertou ainda para necessidade de cooperação também nas áreas da administração interna e para desenvolver estratégias de comunicação que façam frente à guerra de informação levada a cabo, especialmente pela Rússia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

Deu como exemplo de boa cooperação com a NATO o centro de excelência localizado em Riga. Defendeu também uma maior interação entre as forças militares da UE e da NATO numa base regular, e a adoção de boas práticas para a gestão de crises, com troca de informações entre os parceiros. Finalmente, estando consciente das dificuldades económicas atuais, apelou aos parlamentos para que fizessem um esforço no sentido de reforçar as verbas para defesa e segurança.

Alexander Vershbow discorreu acerca da atual realidade estratégica e das novas ameaças e desafios, designadamente resultantes da atuação da Rússia - que, ao querer restabelecer esferas de influência, quebra as regras internacionais e prepara-se para redesenhar as fronteiras à força -, e com a qual a NATO não quer um confronto. Neste contexto, debruçou-se também sobre o surgimento de uma nova forma de guerra híbrida, que combina intimidação militar, intervenção disfarçada, fornecimentos secretos de armas, chantagem económica, diplomacia dupla e manipulação dos *media*, defendendo, no entanto, que os acordos de Minsk são um passo importante para acabar com a violência e promover uma solução política para o conflito na Ucrânia.

Alertou para o grande desafio das fronteiras meridionais, no Médio Oriente e no Norte de África, onde a ideologia violenta do ISIL/DAESH aproveitou o falhanço da Primavera Árabe para incentivar o extremismo e o sectarismo, e particularmente para a situação da Líbia, recordando que a Turquia, que é membro da NATO, está na linha de frente dos combates. Entende que devem ser melhorados os sistemas de informações para proteger as infraestruturas e agilizar os processos de tomada de decisões.

Defendeu que se deve continuar a trabalhar com a Ucrânia e outros países vizinhos do leste que aspiram a um futuro europeu, em especial a Geórgia e a República da Moldávia, no sentido de os ajudar a tornarem-se mais fortes, e ajudá-los a permanecer no caminho da democracia, abrir suas economias e criar instituições eficazes, estando a NATO a dar-lhes um contributo importante na reforma dos seus sectores de defesa.

Quanto aos vizinhos do Sul, afirmou que os esforços da NATO devem ser complementares. Recordou que ao longo das últimas duas décadas, desde os Balcãs ao Afeganistão, a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

NATO tem demonstrado uma capacidade única para montar operações complexas, que envolvem aliados e parceiros, trabalhando em conjunto com as Nações Unidas, com a UE e com a Liga Árabe, e incentivou a UE a ajudar estes países a efetuar reformas políticas e económicas, criar instituições fortes e combater a corrupção.

Defendeu ainda a necessidade de maior coordenação no combate à guerra híbrida, à propaganda e à desinformação, e na defesa dos valores democráticos ocidentais, trabalhar em conjunto na gestão das crises e levar a estabilidade para além das nossas fronteiras. Finalmente, realçou a intensificação da cooperação NATO-UE nos últimos anos, tendo ainda frisado que o apoio parlamentar é fundamental neste aspeto, pelo que apelou ao reforço dos orçamentos tendo em vista colmatar as necessidades de equipamento.

Maciej Popowski assinalou o aprofundamento das relações entre a UE, os Estados Unidos e a NATO, designadamente em África, no Kosovo e no Afeganistão, bem como a crescente troca de informações, e congratulou-se com o retorno da França à estrutura militar da UE. Apelou ao empenho político no reforço da colaboração com a NATO e o interesse da complementaridade na intervenção de ambas as instituições, de acordo com as valências de cada uma delas.

Reconheceu que, por vezes, é difícil compreender o que é a PSCD, pois embora não constitua uma aliança militar, tem ambição militar e que, no atual contexto, a resposta da UE a cada nova ameaça pode ser diferente da que é dada pela NATO. De qualquer modo, entende que é necessário reavaliar o seu nível de ambição e, porque a UE tem a possibilidade de reagir a nível político, deve encontrar uma nova formulação para política de segurança e defesa.

Referiu-se à colaboração na Ucrânia, onde a NATO está a ajudar a reformar o setor da defesa, e onde a UE poderia colaborar na reorganização dos serviços de polícia, tribunais e de outras instituições civis, com consequências importantes para a política de segurança da Europa.

Afirmou que não se deve apenas olhar aos custos com a defesa mas que também se deve avaliar a qualidade dos projetos para onde são canalizados os investimentos, defendendo que uma parte substancial deve ser aplicada em investigação e desenvolvimento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

Entende que o facto de o próximo Conselho Europeu debater a política de segurança e defesa é um sinal importante atendendo à situação na Ucrânia e na vizinhança sul. Finalmente, afirmou que muito ainda há a fazer na parceria UE/NATO, designadamente na estratégia de comunicação em que todos de devem empenhar.

Debate

No debate que se seguiu intervieram deputados do Parlamento Europeu e representantes dos Parlamentos da Bulgária, da Itália, da Alemanha, de Portugal, de França, da Turquia, da Letónia, da Grã-Bretanha, da Holanda, do Luxemburgo e da Geórgia, que colocaram questões e expressaram opiniões acerca do tema em discussão, designadamente em relação à eficácia e à capacidade de defesa europeia, à cooperação parlamentar ente a NATO e a UE, à luta cibernética, às ameaças híbridas, ao fundamentalismo, à criação de uma entidade militar da UE, à defesa da Europa, às agressões da Rússia, à Turquia, à situação na Ucrânia, à guerra híbrida, à revisão do artigo 5.º do Tratado da NATO, ao financiamento e aos recursos da UE, aos refugiados, à duplicação de funções, aos acordos de Minsk e à política de portas abertas, aos quais os oradores responderam.

O Senhor Deputado **André Pardal** usou da palavra para questionar acerca do que deve ser feito para aprofundar as relações entre a NATO e a UE, atendendo a que 22 países são membros de ambos. Também questionou os oradores, no sentido de saber como seria possível incrementar o orçamento da NATO, tendo presente a atual situação de crise financeira que se vive na Europa. Por fim, como estavam a UE e a NATO a lidar com os problemas da cibersegurança e da ciberdefesa.

Sessão III

- **Prioridades e Desafios da Política Externa e de Segurança Comum**

Esta sessão, que teve lugar na manhã do dia 6 de março, contou com a intervenção de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

Federica Mogherini, Vice-Presidente da Comissão e Alta Representante para a Política Externa e Segurança.

Federica Mogherini começou a sua intervenção referindo a importância da cooperação com os Parlamentos nacionais e a respetiva partilha de visões, e dando conta de que nesse mesmo dia se iria realizar uma reunião informal de Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, em Riga, na qual seriam abordados os seguintes temas: Ucrânia, Líbia; Preparação da Cimeira de Riga; Revisão da Política Europeia de Vizinhança e Revisão da Estratégia Europeia de Segurança.

Relativamente à Ucrânia, apresentou o calendário próximo que assenta na preparação de um documento a ser apreciado na próxima reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE. Esse documento visa estabelecer uma estratégia relativamente à Ucrânia tendo por base os Acordos de Minsk. A estratégia deverá assentar em três níveis:

1º) No quadro dos Acordos de Minsk

- Apoio concreto aos diferentes pontos dos Acordos de Minsk através de diálogos a três (UE, Ucrânia e Rússia), com especial ênfase para as questões energéticas (cooperação com o Vice-Presidente Sefcovic) e questões comerciais (Acordos de Associação);
- Acompanhar a implementação dos Acordos de Minsk – considerou que o cessar-fogo não é perfeito, mas é um passo importante; de igual modo referiu a necessidade de apoiar as forças no terreno, designadamente o apoio técnico à força da OSCE;
- Apoio humanitário não apenas diretamente, mas também apoiando as organizações no terreno, nomeadamente, a Cruz Vermelha;
- Apoiar a implementação dos Acordos de Associação, designadamente, apoiar as agendas reformistas e a respetiva implementação.

2º) Elemento de pressão

- Manutenção das sanções, que não serão levantadas e que podem ser reforçadas – considerou, no entanto, que deve ser dado um tempo para avaliar da necessidade de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

mais sanções e que se deve primeiro olhar para os primeiros passos positivos já conseguidas.

3º) Relações com a Rússia no futuro

- É tempo de começar a pensar em como serão desenvolvidas as relações com a Rússia a médio prazo;
- Considerou que não se deve voltar a uma lógica da década de 50 e que, por isso, é claro que a UE não vai iniciar um conflito com a Rússia. Nem vai iniciar conflitos com nenhum dos seus vizinhos.
- Acrescentou que mesmo que na Rússia alguém prepare uma armadilha para levar a UE ao confronto, *“não podemos e não iremos cair nessa armadilha”*. A Rússia tem de perceber também que a União não os vai confrontar.
- A UE quer trabalhar com os Russos e não pode correr o risco de perder uma nova geração de jovens russos. É urgente estabelecer pontes. É fundamental criar condições para que os jovens russos não cresçam sem uma perspetiva de aproximação à Europa.

No seguimento da referência à situação na Ucrânia e na Rússia, fez uma breve referência ao homicídio de Boris Nemtsov, referindo que todos tinham ficado chocados.

De seguida abordou a questão da Líbia, referindo que um não-Estado na fronteira sul é tão perigoso para a Europa como a anexação da Crimeia e a desestabilização na Ucrânia. Acrescentou que a UE não pode compactuar com situações de instabilidade em nenhuma das fronteiras europeias. Aludiu ao Daesh para referir que coloca desafios não apenas à Líbia, mas também a todos os países do Norte de África e, logo, à Europa. Considerou que a Líbia seria o primeiro ponto da agenda da reunião informal desse dia e que a União tem de estar pronta para apoiar qualquer resultado da tentativa de reconciliação e de diálogo nacional. Finalizou, referindo que não se pode considerar a Líbia um estado falhado, tem de se lutar contra essa ideia, ainda que a transição seja difícil e que existam muitos obstáculos para ultrapassar.

Relativamente ao processo de paz do Médio Oriente, após aludir à visita efetuada à região, referiu que o pós-eleições será uma oportunidade. Nesse sentido, assumiu o compromisso de reiniciar o quarteto e relançar o processo de paz. Acrescentou que a não existência de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

um calendário é mais preocupante do que nunca e que um calendário pode dar esperança e atenuar alguns comportamentos tendencialmente extremados. Referiu ainda que o relançamento do processo de paz é tão importante quanto o alargamento da presença do Daesh é preocupante.

No que diz respeito ao Irão e ao acordo que se encontra a ser negociado, esclareceu que um bom acordo é possível e que este deve ter por base a vontade política e não negociações técnicas.

Depois da referência às situações que marcam a agenda, referiu que também era importante olhar para o futuro e que a resolução de crises não pode impedir a União de pensar uma dimensão global estratégica. Nesse âmbito aludiu a dois aspetos que considera vitais serem enquadrados:

- 1) Relações com a América Latina;
- 2) Relações com África (avançar da ajuda humanitária para diálogos políticos de parceria).

Relativamente à Estratégia de Segurança, referiu que foi preparada em 2003 num outro contexto e em outras circunstâncias. Citou passagens para demonstrar a alteração da situação e aludiu à instabilidade nas diversas fronteiras. Por isso concluiu que era necessário alterá-la e que, nesse sentido, está a ser preparada uma avaliação das alterações de segurança face a 2003, que servirá de base para a alteração da Estratégia. No que diz respeito ao calendário, referiu que, em junho, serão apresentadas as primeiras orientações no Conselho e que será iniciado o debate em torno, não da revisão da Estratégia, mas sim da criação de uma nova Estratégia. Esta nova Estratégia não será apenas de segurança, mas terá de englobar também elementos de política externa – considerou que atualmente é impossível separar os dois aspetos.

Ainda sobre a alteração da Estratégia de Segurança referiu que tem de ser um processo partilhado e de pertença dos europeus, não apenas dos governos, mas dos Parlamentos, das organizações, da sociedade civil – um processo de todos. Nesse sentido, apelou aos Parlamentos nacionais para contribuírem ativamente.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

De seguida, abordou a revisão da Política Europeia de Vizinhança (PEV). Começou por referir que a história da PEV tem histórias de sucesso, a leste ou recentemente na Tunísia, no entanto, também tem um lado negro e só a perceção disso permitirá fazer uma boa revisão.

Apresentou brevemente os 4 eixos da revisão: (i.) pensar o que os parceiros querem e precisam, mas também o que pretendem da relação com a UE; (ii.) estabelecer parcerias numa base de igualdade ao nível político; (iii.) manter elementos da atual estratégia, mas garantir a introdução de elementos de PESC e PCSD; (iv.) introduzir de instrumentos de cooperação (“*capacity building*”). Referiu que as crises na Ucrânia e na Líbia não vão ser resolvidas através de uma alteração desta Política, mas que o futuro das fronteiras europeias terá de passar por uma estratégia que vá mais além e que enquadre o futuro. Deixou uma palavra final para incentivar os Parlamentos nacionais a participarem na revisão.

Relativamente à Cimeira de Riga, começou por vincar que uma parceria com a UE não é, nem será, uma hostilização de ninguém. Acrescentou que não se pode considerar que os acordos de associação e de parceria possam de alguma forma implicar uma lógica de blocos, esta ideia está ultrapassada, faz parte de uma Era que já não existe. Reiterou a ideia, frisando que se engana quem acha que existem blocos e quem os quer reabilitar. Realçou que compete a todos criar novos laços e que a Parceria Oriental nunca foi um exercício de governos, “é um exercício de todos”.

Finalmente, aludiu ao Conselho Europeu de Junho que terá na agenda a Política de Defesa. Acrescentou que não será um exercício de retórica, mas sim um debate sério para enfrentar os desafios atuais. Referiu que União necessita de poder ter uma resposta evidente e de ter uma capacidade de defesa, o que só se assegura com uma forte indústria de Defesa. No entanto, acrescentou que uma Política de Defesa Europeia só existirá se os Parlamentos nacionais e se as sociedades a apoiarem, pelo que incitou cada deputado a defender no seu parlamento e no seu país a importância dessa Política Europeia.

No seu entender, apesar de todas as crises e de todas as circunstâncias, o maior desafio continua a ser interno: ultrapassar a narrativa de que entre “nós” e “eu” existe um fosso.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

Não existe nem existirá uma política externa sem os 28, mas uma política comum e uma cooperação entre todos é fundamental para a firmar a União Europeia com um ator global.

Debate

Intervieram, para colocar questões e fazer comentários, deputados do Parlamento Europeu e representantes dos parlamentos da Bulgária, de Portugal, da Alemanha, de Espanha, do Reino Unido, da Suécia, da Lituânia, da Roménia, de Chipre, da Grécia, da Estónia, da Polónia, de França, da Hungria, de Malta, da Bélgica, da Turquia, da Holanda, de Itália e da Letónia.

O Senhor Deputado **António Rodrigues** usou da palavra para se referir às relações com os Estados Unidos e frisar que por vezes acabam por se envolver em questões que dizem mais diretamente respeito à Europa; para concordar com a visão da Alta Representante em relação à não confrontação com a Rússia, mas a favor da confrontação com o Daesh; para alertar para o drama que se vive no Mediterrâneo e o problema de direitos humanos no Norte de África, especialmente na Líbia, e que exige uma atuação forte; e, finalmente para realçar a necessidade de a Europa falar a uma só voz e a para a importância da política de vizinhança como um valioso instrumento de política externa comum da Europa.

Em resposta às diversas intervenções, a Alta Representante referiu que relativamente à política europeia sobre migrações tinham sido estabelecidas na última reunião do colégio de Comissários as orientações políticas, que assentam nos seguintes eixos: questões humanitárias; regulamentação da migração legal; questões económicas. Referiu ainda que a estratégia será delimitada por ela em conjugação com o Comissário Avramopoulos. Neste âmbito, referiu que a Líbia será a chave para a política de migração, pois o controlo dos movimentos migratórios na Líbia, implica o controlo das rotas mais importantes de migração para a Europa. Por isso considerou ser fundamental criar na Líbia instituições ou uma Autoridade, que possa ser interlocutora para estas questões e que assine a Convenção de Genebra.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

Relativamente ao Iraque, afirmou que é importante apoiar o novo governo (até no quadro do combate ao Daesh) e que a população curda deve ser enquadrada e apoiada institucionalmente, mas também através de apoio humanitário.

Realçou a importância do TTIP no quadro da unidade transatlântica e de questões económicas. Referindo que a Comissão Europeia espera concluir um acordo até ao final de 2015.

Sobre a Ucrânia reafirmou que existem diversas dimensões e que, por isso mesmo, nem todos os Estados-Membros partilham a mesma visão. Recordou, no entanto, que faz parte do espólio europeu a sua diversidade geográfica e que o desafio é, no respeito pela diversidade, criar uma posição comum. Realçou ainda que a União Europeia esteve desde o início nas negociações dos Acordos de Minsk e que é errado afirmar que a União não tem estado presente. Acrescentou que, mesmo quando dois chefes de estado estão sentados nas mesas de negociação, estão com a União e com o apoio da União – informando mesmo que existiram consultas diárias. Qualificou as negociações com um trabalho de equipa e referiu que o formato foi escolhido por todos os europeus para conseguir atingir uma solução diplomática. Considerou mesmo que este foi o formato mais adequado e mais eficaz. No entanto, recordou que as respostas terão de ser dadas pelos 28 Estados-membros.

Ainda sobre a Ucrânia, reafirmou que não se alteram fronteiras através da força e reconheceu a política de comunicação da Rússia sobre esta matéria.

Neste contexto, recordou que nenhum Estado-Membro está disposto a abdicar da sua política externa e que por isso as iniciativas da União não devem contrariar as dos Estados-Membros, nem vice-versa. Um Estado-Membro, afirmou, pode defender uma política desde que esteja coordenada com a União, porque assim a União pode falar em 28 línguas, mas a uma só voz.

Deu o exemplo da Bósnia Herzegovina e da iniciativa de dois Estados-Membros, que foi adotada pela União e que a Alta Representante assumiu, tendo depois levado a cabo a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

parte final do processo. Aproveitou para comentar que 20 anos após Srebrenica é importante existirem boas notícias a vir dos Balcãs.

Relativamente a África, na sequência da pergunta efetuada pelo Deputado António Rodrigues, não se alongou muito, mas reafirmou que juntamente com a América Latina serão duas apostas futuras, mas que a discussão estratégica caberá ao Conselho.

Relativamente à Líbia, afirmou que o Representante Permanente está a desenvolver o necessário diálogo e que espera que possa ter frutos.

Relativamente a alguns comentários sobre a implementação de disposições e possibilidades do Tratado de Lisboa, ainda não totalmente exploradas, referiu que o Tratado de Lisboa está em vigor e que está a ser implementado na medida da vontade dos Estados-Membros. No entanto, se os Estados-Membros consideram que se pode ir mais longe, apresentem ideias e apoiem o reforço da PESC e da PCSD. Pelo seu lado, assumiu o compromisso de agir em conformidade.

Relativamente ao processo de paz no Médio Oriente, referiu que a União tem o seu papel a desempenhar em conjunto com os parceiros, mas tem um papel próprio, que não deve afastar e deve assumir. Referiu a importância, neste quando, de associar países árabes ao processo.

Finalmente, apelou à necessidade de "re-energizar" a ideia de Europa, recordando que muitas vezes os europeus se esquecem, ou não sabem, como são vistos de fora e como existe a perceção de que a União, apesar de tudo, é um caso de sucesso em termos de cooperação para a paz.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus

Workshops

Decorreram, de seguida, reuniões paralelas de quatro grupos de trabalho.

Grupo de Trabalho 1

- **A caminho da Cimeira de Riga: Parceria Oriental**

Este grupo foi moderado por Lolita Čigāne, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento da Letónia.

Foram oradores Andrzej Galazewski, Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Externos do Sejm do Parlamento da República da Polónia, Maciej Popowski, Vice-Secretário-Geral do Serviço Europeu para a Ação Externa, Juris Poikāns, Embaixador para a Parceria Oriental do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Letónia, Kadri Liik, *Senior Policy Fellow* das Relações Exteriores do Conselho da Europa, e Eka Tkeshelashvili, Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos da Geórgia e Andris Spruds, Diretor do Instituto de Relações Internacionais da Letónia.⁴

Foi relator o membro da Comissão Europeu dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu, Petras Auštrevičius, tendo-se referido à necessidade de consolidar a Parceria Oriental, designadamente através do incentivo aos programas de reformas que reflitam os valores europeus da democracia. Porém, e tendo presente a agressão da Rússia, deve haver mais investimento para assegurar a segurança da região, bem como na comunicação e para anular a propaganda russa e facilitar a mobilidade entre os parceiros e a UE.⁵

⁴ As notas foram preparadas por Diāna Potjomkina, Investigadora do Instituto de Assuntos Internacionais da Letónia (<http://parleu2015.lv/files/cfsp-csdp/wg1-eastern-partnership-background-notes-en.pdf>)

⁵ Vídeo em (http://cdn.tiesraides.lv/960x540/saeima.lv/20150306162148_saeima.lv.audio.23.3_1) .



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus

Grupo de Trabalho 2

- **Resposta europeia à Instabilidade e Ameaças no Mediterrâneo Sul e no Médio Oriente**

Este Grupo de Trabalho contou com a moderação de Atis Lejiņš, Membro da Comissão de Negócios Estrangeiros do *Saeima* da Letónia como fundador e ex-diretor do Instituto de Relações Internacionais da Letónia, e com a colaboração, na qualidade de Relator, de Francis Zammit Dimech, Membro da Comissão de Assuntos Europeus e Negócios Estrangeiros do Parlamento de Malta.⁶

A sessão começou com as intervenções dos quatro oradores: Guy-Michel Chauveau, Membro da Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia Nacional francesa; Pier Antonio Panzeri, Membro da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu e Presidente da Delegação para as Relações com os países do Magrebe; Christian Berger, Diretor do Serviço Europeu de Ação Externa para o Nore de África, Médio Oriente, Península Arábica, Irão e Iraque; e Pēteris Veits, Membro associado do Instituto de Relações Internacionais da Letónia.

As quatro intervenções focaram essencialmente a situação no Norte de África e do Mediterrâneo Sul, tendo sido abordada a situação na Tunísia – o caso de sucesso da Primavera Árabe, mas suscetível de ter um retrocesso por influência da instabilidade na Líbia (nota: estão documentados cerca de 3000 jovens tunisinos nas fileiras do Daesh); a situação preocupante na Líbia – nomeadamente, a crescente influência do Daesh e a necessidade de implementar um cessar-fogo, que permita reconstruir o estado; situação dos direitos humanos na região, que se deteriorou; importância da cooperação europeia, no quadro da Política Europeia de Vizinhança, para fortalecer as instituições destes países, mas também para colaborar na construção de infraestruturas. Relativamente à situação nessa área do globo, Christian Berger classificou as transições democráticas na região da

⁶ As notas foram elaboradas pelo Diretor do Instituto de Relações Internacionais do Parlamento da Letónia, Kārlis Bukovskis (<http://parleu2015.lv/files/cfsp-csdp/wg2-mena-background-notes-en.pdf>)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

seguinte forma: Transição inclusiva na Tunísia, Transição exclusiva no Egipto, Transição desastre na Síria e na Líbia e Transição ilusória (“tudo no papel, mas nada no terreno”) no Iémen. Neste contexto, foi abordada a necessidade de uma estratégia europeia coerente relativa às migrações.

Os oradores abordaram ainda o Daesh e as razões que fortalecem o movimento, nomeadamente, a forte instabilidade na região, as instituições fracas ou inexistentes, a falta de perspectivas para o futuro e os níveis de desemprego. Partilharam ainda a reflexão sobre a capacidade de influência e apelo junto dos jovens europeus e referiram que se tal acontecesse não é difícil perceber o que sucede nos campos de refugiados, onde não existe perspectiva de futuro.

No debate que se seguiu, existiu uma grande ênfase na situação na Líbia, tendo existido consenso relativamente às oportunidades perdidas, à responsabilidade da Europa colaborar na criação e formação de forças de segurança próprias, às preocupações sobre um efeito dominó que possa ocorrer na região, bem como na importância de se aprender as lições de outros conflitos e os erros de construir países sem instituições (exemplos: Timor-Leste e Iraque).

Questionou-se ainda até onde os europeus estão dispostos a intervir nos países vizinhos e se a estratégia não deveria passar por impulsionar os locais a agirem. De igual modo, foi abordada a liderança da resposta, tendo sido questionado o papel da ONU. Foi abordada a questão religiosa e como separar a religião e o fanatismo.

Abordou-se também a importância da União e dos Estados-Membros estabelecerem relações com as instituições existentes nesses países, nomeadamente, ao nível parlamentar.

A concluir, o Moderador referiu que a Europa não tem um ideal que seja apelativo para os jovens e que os impeça de partir, tendo identificado esse como um dos maiores problemas.

O Relator apresentou as conclusões que depois seriam novamente apresentadas na sessão final da Conferência. Nas conclusões aludiu à Líbia como o falhanço da Primavera Árabe e a Tunísia como o sucesso. Referiu que os jovens em ambos os países ambicionam por uma



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

vida normal com perspetivas de futuro e que apenas isso pode impedir a proliferação de movimentos como o Da'esh. Referiu a importância de apoiar as transições nesses países, designadamente, através de programas de educação, mas também nas áreas da energia e cooperação. Realçou a importância da Política Europeia de Vizinhança e referiu a importância de se considerar a criação de acordos de associação com os países do Mediterrâneo Sul, que possam enquadrar a assistência económica e a cooperação. Relativamente ao papel da UE, sublinhou que evitando interferências internas, a União não pode deixar de estar presente ou outros ocuparão o seu lugar e é importante que a Europa assuma as suas responsabilidades e apoie a criação de instituições, de infraestruturas e o processo de democratização em geral.

Grupo de Trabalho 3

- **Guerra híbrida: Um novo desafio de Segurança para a Europa**

O terceiro grupo foi moderado por Rihards Kols, Vice-Presidente da Comissão das Relações Exteriores do Parlamento da Letónia, tendo sido oradores Jānis Kārkliņš, Diretor do Centro de Excelência de Comunicações Estratégicas da NATO, Contra-Almirante Waldemar Gluszeko, Diretor-geral Adjunto do Estado-Maior do Serviço Europeu de Ação Externa da UE; James Sherr, Membro Associado do Programa do Instituto Real de Assuntos Internacionais Rússia e Eurásia - Chatham House, Oleksiy Melnyk, Co-Diretor das Relações Exteriores e de Programas de Segurança Internacional no Centro Razumkov (Ucrânia), bem como Andis Kudors, Diretor Executivo do Centro de Estudos Políticos da Europa de Leste (Letónia)⁷

Foi relator Raimonds Bergmanis, Vice-Presidente da Comissão de Defesa, Administração Interna e Prevenção da Corrupção do Parlamento da Letónia, tendo recordado o conceito de guerra híbrida e as ameaça que consistem no emprego coordenado de uma série de instrumentos militares e civis, convencionais e não convencionais e que inclui métodos de pressão psicológica, guerras de informação e ataques cibernéticos, realçando a importância

⁷ As notas foram elaboradas pelo Diretor Executivo do Centro de Estudos Políticos do Leste Europeu, Andis Kudors (<http://parleu2015.lv/files/cfsp-csdp/wg3-hybrid-war-background-notes-en.pdf>)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

dos centros de excelência da NATO – de segurança energética, cibersegurança e comunicações estratégicas – instalados nos Países Bálticos, e que com os quais a UE deve trabalhar mais intimamente. Apontou, finalmente, ainda a necessidade de agilizar as decisões no combate a estas novas ameaças⁸.

Grupo de Trabalho 4

- **Desafios e Soluções para o envio de forças militares no quadro legal existente**

O quarto Grupo de Trabalho foi moderado por Michael Gahler, Membro da Comissão de Relações Exteriores e da Subcomissão da Segurança e Defesa do Parlamento Europeu.

Foram oradores Frank E. van Kappen, Presidente do Comité Permanente dos Negócios Estrangeiros, Defesa e Cooperação para o Desenvolvimento do Senado Holandês; Tenente-general Ton van Loon, Tenente-General aposentado do Exército Holandês, bem como Nora Vanaga, Investigadora do Centro de Segurança e Investigação Estratégica da Academia Nacional de Defesa da Letónia.⁹

As intervenções, assim como o debate, incidiram nos pontos referentes à capacidade de resposta rápida da EU - através dos *battlegroups*, e às dificuldades que encontram, designadamente a falta de vontade política -, a questão do financiamento e a divisão do risco envolvido, as questões decorrentes dos procedimentos nacionais de autorização, a necessidade da existência de regras comuns e mais céleres, e ainda questões operacionais de interoperabilidade com as forças da NATO e a necessidade de propor um novo conceito de segurança e defesa europeia que lhes dê efetividade.

O relator foi Massimi Artini, Vice-Presidente da Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados de Itália.¹⁰

⁸ Vídeo em (http://cdn.tiesraides.lv/960x540/saeima.lv/20150306162148_saeima.lv.audio.23.3_1)

⁹ As notas foram elaboradas por Nora Vanaga, Investigadora do Centro para a Investigação de Segurança e Estratégia da Academia Nacional de Defesa da Letónia (<http://parleu2015.lv/files/cfsp-csdp/wg4-battlegroups-background-notes-en.pdf>)

¹⁰ Vídeo em (http://cdn.tiesraides.lv/960x540/saeima.lv/20150306162148_saeima.lv.audio.23.3_1)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus**

Sessão de Encerramento

A sessão de encerramento foi presidida por Ojārs Ēriks Kalniņš, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento da Letónia, e Elmar Brok, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu.

Foram apresentadas pelos vários relatores, as sínteses dos quatro Grupos de Trabalho, bem como as respetivas conclusões.

De seguida, a Presidência apresentou uma versão das conclusões, que pretendia constituir uma versão consensual tendo presentes as diversas alterações propostas pelas delegações. Esta versão das conclusões, distribuída no decurso da sessão de encerramento, acabaria por ser aprovada. Todas as propostas de alteração que foram sendo apresentadas foram analisadas pelos membros da delegação da AR, que expressou a sua concordância com o documento final submetido pela Presidência.

Em anexo: Conclusões Finais da Conferência.

Assembleia da República, 24 de março de 2015.

O Chefe de Delegação,

(André Pardal)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus**

ANEXO

FINAL CONCLUSIONS

**Interparliamentary Conference for the Common Foreign and Security Policy (CFSP) and the
Common Security and Defence Policy (CSDP)**

4 – 6 March, Riga

The Interparliamentary Conference,

Having regard to the decision of the Conference of Speakers of European Union Parliaments taken in April 2012 in Warsaw regarding the establishment and mandate of this Conference;

Having regard to Title II of Protocol I (and Article 9) of the Treaty of Lisbon regarding the promotion of effective and regular interparliamentary cooperation within the Union;

Cognisant of the new powers and instruments foreseen by the Treaty of Lisbon for the European Union (EU) institutions in the area of the foreign, security and defence policy; being aware that the new instruments create better opportunities for the EU to wield an international influence commensurate with its political and economic weight;

Conscious of the multi-layered decision-making process in the areas of the Common Foreign and Security Policy (CFSP) and the Common Security and Defence Policy (CSDP); aware that effective implementation of these policies must involve numerous policy actors at both the EU and national levels; conscious of the responsibility to engage in parliamentary scrutiny at the respective levels and advance interparliamentary cooperation in the areas of CFSP and CSDP;

Aware that the evolution of the international scenario has strengthened the role of the Parliaments as central actors of global decision making, with specific reference to conflicts and crises.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

Highlights of the Common Foreign and Security Policy

1. Acknowledging that the crises in and around Europe have ended the illusion of guaranteed peace for Europe, expresses its utmost concern for the changed security landscape from Ukraine to the Middle East and Africa; welcomes the commitment of the High Representative/Vice President (HRVP), on the basis of the mandate from the European Council of December 2013, to initiate as a matter of priority a process of strategic reflection of the EU's framework for the foreign and security policy in close consultation with the Member States and the parliaments of the EU; insists that this reflection should lead, following consultation with the European Parliament and National Parliaments, to a new European Security Strategy; remains convinced that the Interparliamentary Conference for the CFSP and the CSDP should contribute to this important strategic reflection.
2. Strongly condemns the murder of opposition leader Boris Nemtsov and calls for a clear commitment by the Russian Government to ensure a full, rapid and transparent international investigation of the crime.

Fight against International Terrorism and Regional Radicalisation

3. Strongly condemns the barbaric terrorist attacks in France, Denmark and other countries; expresses its deepest condolences to the relatives of the victims; emphasises that freedom of speech is an essential fundamental freedom embedded in the foundation of the EU and that attacks in Paris and Copenhagen are to be regarded as attacks on the fundamental values of the EU; strongly condemns any form of anti-Semitism and islamophobia; underlines the need for a unified EU stance and an effective and comprehensive preventive approach, more efficient use of the existing resources such as Europol, as well as enhanced cooperation between the Member States in the field of intelligence sharing to tackle the radicalisation and recruitment of EU citizens, as well as early identification and containment of foreign fighters and terrorists, according to the UNSC Resolution 2178 (2014).
4. Calls with urgency for renewed efforts, in particular through global partnership and in a close cooperation with Muslim countries in the region, to fight the self-proclaimed Islamic State of Iraq



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

and the Levant (*Da'esh*) and various Al-Qaeda-affiliated terrorist organisations in the Middle East and Northern Africa (MENA).

5. Is concerned about the decreasing level of security in Syria, Iraq and Libya where, as a result of the civil wars and activity of the *Da'esh*, the humanitarian situation has deteriorated to a catastrophic level; emphasises that the expansion of the *Da'esh* has turned these countries into a safe haven for Islamic radicals, thus posing a threat to the entire MENA region, as well as significantly increasing terrorism and security risks for Europe; welcomes the recent military operations conducted by the international coalition, Iraqi army and Kurdish *peshmerga* fighters in Iraq and recognises their contribution to the international coalition; condemns the barbaric killing of the Coptic Christians in Libya and any form of persecution towards religious minorities by *Da'esh*, as well as the repeated acts of violence towards women; strongly condemns the destruction of cultural and archaeological heritage in Iraq and Syria, including targeted destruction of religious sites and objects; welcomes the Joint Communication by the Commission and the HRVP, containing elements regarding EU's regional strategy for Syria and Iraq, as well as the *Da'esh* threat, as an important step towards a fully shared and coordinated EU reaction.
6. Calls for an immediate and unconditional ceasefire in Libya; underlines that there is no military solution to the conflict and that the current multidimensional crisis must be resolved in the framework of an all-inclusive political dialogue by setting a roadmap on forming a unity government; welcomes the UN-facilitated political dialogue process started in Geneva; calls on international partners – the UN, the EU, the African Union and the League of Arab States – to ensure broader mutual coordination and to work with neighbouring countries with the aim to end proxy wars; notes with concern the growing rise of the radical jihadism in Libya; calls on all external parties to refrain from actions that might exacerbate current divisions and undermine Libya's democratic transition, to strictly respect the arms embargo and to fully support the UN-led dialogue process; calls for individually targeted sanctions against parties boycotting the UN-led talks; welcomes Egypt's efforts to protect Christians against violence motivated by religious prejudice.
7. Draws the attention of the EU and the international community to the escalation of violence by the terrorist group *Boko Haram* in Nigeria and categorically condemns the terrifying crimes



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

against innocent civilians, as well as draws the attention to the recently increased activity of this terrorist group in the neighbouring countries, namely Cameroon, Chad and Niger; welcomes the recent initiative of the African Union to create the Multinational Joint Task Force to fight *Boko Haram* militants; in this context underlines its concern about the postponement of the elections in Nigeria; calls for the elections to be held as soon as possible and with a strong democratic participation and transparency.

8. Welcomes the initiative of the Latvian Presidency to address the issue of terrorism and foreign fighters during the informal meeting of Ministers of Justice and Home Affairs in Riga on 29 and 30 January 2015, where the ministers concluded that the threats to EU's internal security should be addressed in the framework of the European Agenda on Security, e.g., strengthening efforts on prevention of radicalisation, particularly in social media, sharing information on terrorism prevention within the EU and strengthening judicial cooperation in the fight against the terrorism.
9. Calls on the governments and societies of EU Member States to remain united and to prevent accusation and stigmatisation of particular religious groups, thus to hinder terrorists from attaining their goal of intimidating and dividing Europeans.

Situation in Ukraine

10. Reaffirms unwavering support for the sovereignty and territorial integrity of Ukraine; unequivocally condemns the occupation and annexation of Crimea by Russia, which has violated the UN Charter, international law and its own commitments, including the ones under the Helsinki Final Act of the OSCE and the 1994 Budapest Memorandum on Security Assurances to Ukraine; reaffirms the respective European Council Conclusions underlining the importance of the EU in pursuing a policy of non-recognition regarding the illegal annexation of Crimea and Sevastopol; expresses great concern for deteriorating situation with regard to human rights and freedom of expression, as well as the continuing persecution and intimidation of the Crimean Tatar and Ukrainian community.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus**

11. Condemns the hybrid warfare conducted by Russia in the Eastern regions of Ukraine and notes the evidence of a continued support given to the separatists by Russia.
12. Calls for full implementation of the Agreements reached in Minsk that in particular provide for a ceasefire, an exchange of prisoners and withdrawal of heavy weapons; is concerned by the continuing violations of the ceasefire and urges an immediate cessation of all military activities; calls on Russia to take real steps towards de-escalating the crisis in the Eastern Ukraine and to abide by the Minsk Agreements, which, inter alia, provide for a complete ceasefire and withdrawal of heavy weapons, as well as cessation of the transfer of weapons and armed combatants across the border from Russia to Ukraine, withdrawal of Russian armed forces and mercenaries from the territory of Ukraine, setting up a permanent monitoring of the Ukraine-Russia border by the OSCE Special Monitoring Mission, restoring to Ukrainian authorities a full control over Ukraine's border with Russia, freeing all hostages and illegally detained persons, such as pilot Nadia Savchenko, as well as the restoration of Ukraine's control over its whole territory, including Crimea.
13. Welcomes the decision of the extraordinary EU Foreign Affairs Council of 29 January 2015 to extend sanctions to persons and entities threatening or undermining Ukraine's sovereignty and territorial integrity; indicates that the decision of the EU to ease, lift or increase sanctions imposed against Russia will directly depend on the implementation by Russia of its commitments under the Minsk Agreements; in the case of any further Russian actions destabilising Ukraine, invites the European Council to take further restrictive measures and broaden their scope; in this regard notes that further preparatory work has to be undertaken by the Commission and the EEAS on any appropriate action.
14. Emphasises that a sustainable and peaceful solution to the conflict in Donetsk and Luhansk regions in Ukraine can be achieved only by political means and diplomatic negotiations; notes the need to keep the channels of communication with Russia open; acknowledges that these relations shall be based on the respect for international law.
15. In view of the new threats posed by the massive and comprehensive propaganda of Russia, expresses support for developing a common EU communication strategy which would enable the



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

EU to effectively counter disinformation campaigns carried out in such an information war; welcomes the decision of the extraordinary EU Foreign Affairs Council of 29 January 2015 to task the HRVP to step up efforts, in cooperation with Member States and EU institutions, to further improve strategic communication in support of EU policies and to explore options for the establishment of a dedicated communication team to lead these actions.

16. Encourages Ukraine to maintain a strong focus and make progresses on the key reform areas by further stabilising the political, economic, social, judicial and financial situation in the country, in particular by implementing constitutional reform and fighting corruption; emphasises the key role played by the EU in supporting the Ukrainian reform efforts, including by financial and technical means.

European Neighbourhood

17. Underscores that both the Eastern and Southern dimension of the EU Neighbourhood Policy are equally important and should be supported without an unnecessary competition between them; recognises that, in the light of the new political and military challenges in both principal bordering regions, the EU has to substantially revise its policy towards its neighbourhood by, inter alia, placing a greater emphasis on establishing closer cooperation with inhabitants and civic society.

Eastern Partnership: Towards the Riga Summit

18. Reiterates the decisive strategic role of the Eastern Partnership policy in supporting security, stability, economic and social development, the rule of law and democracy in the EU's neighbourhood; emphasises that, despite regional challenges, the Eastern Partnership remains a top priority in EU's foreign policy; points out that the Eastern Partnership must continue to serve as a joint political platform which offers differentiated approaches to the partnership countries according to their individual aspirations in relations with the EU, also by acknowledging the European perspective, and that in accordance with Article 49 of the TEU any European country may apply to become member of the EU provided it adheres to the Copenhagen criteria and principles of democracy, respect for fundamental freedoms and human rights; notes the



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

necessity to help modernise democratic governance, strengthen the rule of law, reform public administration and undertake economic reforms in all the partner countries.

19. Expects the Eastern Partnership Summit in Riga on 21 – 22 May 2015 to provide a good opportunity to take stock of what has been achieved since the Vilnius Summit and, whilst reconfirming commitment to the Eastern Partnership policy, its further development and deepening, highlights the need to assess the progress in implementing the Association Agreements during the Riga Summit; and therefore encourages National Parliaments to finalise the ratification of the EU Association Agreements with Ukraine, Georgia and Moldova before the Riga Summit.
20. Calls on the Riga Summit to provide strong and motivating political support for the most ambitious partner countries that have achieved the greatest progress in their reform process by acknowledging their European perspective and offering them a new deepened cooperation opportunities with the EU, based on a differentiated approach; also urges adoption of an individualised approach to the EU's bilateral relations with partner countries that have chosen a less ambitious level of cooperation.
21. Notes that progress in the mobility area with the Eastern Partnership countries is one of the deliverables expected by the partner countries from the Riga Summit; hopes that the second stage of the Visa Liberalisation Action Plan with Georgia and Ukraine will be completed, and that the possibility to sign the Visa Facilitation and Readmission Agreement and the Mobility Partnership with Belarus and to achieve progress towards visa liberalisation with Armenia and Azerbaijan will be successfully used until the Summit.

Southern Neighbourhood: The situation in the Mediterranean and the Middle East

22. Highlights the utmost importance of the MENA region, which, due to its geographic and cultural proximity to the EU, has a direct impact on the EU Member States in the event of any conflicts or instability; underlines the increasing spread of the irregular migration and human trafficking in the Mediterranean region, which not only poses a threat to the security of the external borders of the EU, but also claims countless victims; expresses its deepest condolences for the victims of



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus**

sea tragedies; takes note of the Commission's decision to extend the European initiative "Operation Triton" until December 2015; underlines the necessity for a more functional management of migration flows, while urgently addressing current humanitarian emergency, sea rescue operations and refugees in a coordinated manner; decides to follow-up on migration issues at a workshop in Luxembourg.

23. Emphasises that, in light of the increasing security threats within the region, the Neighbourhood Policy must be capable of providing an effective, united and sustainable support to its neighbours on the South of the Mediterranean by focusing on providing assistance in forming a democratic system of governance, developing a civic society and fostering people-to-people contacts.
24. Commends the Union for the Mediterranean as the most efficient and multifaceted cooperation forum in the region, aimed at promoting regional cohesion and integration between the EU and Southern Mediterranean countries.
25. Concurs with the Conclusions of the Foreign Affairs Council of 19 January 2015 on Tunisia welcoming the successful and peaceful democratic path Tunisia has taken, as well as congratulating Tunisia on its presidential and parliamentary elections; notes that the democratic transition in Tunisia is becoming an example for the entire region; calls for the development of a comprehensive political and economic cooperation and a support plan to consolidate Tunisia's new-born democracy.
26. Expresses hope that parliamentary elections in Egypt scheduled for March and April 2015 will proceed in accordance with the general democratic principles, ensuring freedom of expression and assembly with due consideration for the position and participation of women, and will be a significant step towards reunifying society; considers the recent decision of Egyptian President to attend a Coptic Christmas service for the first time in history of the state as a positive signal for the social reconciliation which should be extended to all other faiths; calls on Egypt to refrain from executing imposed death penalties and imposing new ones.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Assuntos Europeus

27. Expresses concern about the deteriorating security situation in Yemen resulting from the offensive of *Houthi* rebels which has provoked the resignation of the President of Yemen, the Yemeni Prime Minister and his Cabinet; encourages and supports a peaceful transition in Yemen.
28. Expresses deep concern about the humanitarian situation in Gaza and tensions on Israeli borders that highlight the need for urgent resumption of credible peace negotiations; underlines that there is no alternative for a two-state solution to be reached through direct peace negotiations, and considers the EP Resolution of 17 December 2014 on Palestinian statehood an important step in this direction; emphasises that all parties, including regional actors, should work towards this aim and help to achieve a sustainable solution in the Middle East Peace Process.
29. Condemns the brutal violence used by the Assad regime against Syrian citizens, and calls for stepping-up the pressure to bring about a genuine political transition in Syria, including by increasing support to the moderate Syrian opposition; welcomes the efforts of the UN Special Envoy to achieve a strategic de-escalation of violence.
30. Considering that environmental threats can also cause important security challenges, follows with concern Turkey's intention to develop a nuclear plant in Akkuyu - a highly seismic region on its Southern Mediterranean coast; invites the European Commission to raise the issue in the next round of the pre-accession talks with Turkey.

Common Security and Defence Policy: Towards the June 2015 European Council

31. Stresses that the CFSP and the future revised European Security Strategy can be fully effective only if they are underpinned by a credible Common Security and Defence Policy, as well as timely, effective and full implementation of the Conclusions of the European Council on Defence of December 2013; in this respect welcomes the commitment of the new HRVP, in her capacity as the Head of the European Defence Agency, to make this a key priority during her tenure; recalls its determination to follow closely the progress in this area and calls for tangible results ahead of the next European Council dedicated to this topic in June 2015; reiterates that an annual meeting of the European Council on this topic, as well as regular meetings of the Council on Defence, could further support progress in this area.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus**

32. Supports the HRVP's ambition to review the European Security Strategy (2003), which, along with the European Parliament and the National Parliaments, should broadly involve wider foreign and security policy community participation; underlines the need to redefine the role and security interests of the EU in the constantly evolving security environment by taking into account the recent threats posed by radical movements and break-down of the rule-based international order, as well as the level of ambition for further development of the CSDP, inter alia, in developing the defence capabilities.
33. Recalls, after the European Council of December 2013, that the EU with its CSDP and other instruments has a strong role to play through its unique comprehensive approach to preventing and managing conflicts and their causes; stresses the importance of enabling the EU to assume increased responsibilities as a security provider at the international level and in particular in its neighbourhood, thereby also enhancing its own security and its role as a strategic global actor; emphasises the importance of cooperation between the EU and its partners, in particular the UN, NATO, the OSCE and the African Union, as well as strategic partners and partner countries in its neighbourhood, with due respect to the institutional framework and decision-making autonomy of the EU.
34. Emphasises the need to continue to strengthen EU-NATO cooperation and coordination, especially in defence capability development and synchronising military exercises; notes that the Transatlantic cooperation has geopolitical importance with a great potential to strengthen European security as the Member States of both organisations are facing new security challenges; in view of the fact that most Member States maintain armed forces that participate in both NATO- and EU-led crisis management operations, reiterates, however, the need to respect the security policies of those EU Member States which are not NATO members; underlines the importance of ensuring strengthened cooperation in order to ensure that the tools employed to achieve the CSDP and NATO objectives are compatible and that defence capabilities should be further strengthened and developed through projects that are complementary rather than overlapping.
35. Recalls the necessity to strengthen the EU's civilian crisis management structures bearing in mind the fact that the majority of CSDP missions are civilian ones with a steadily growing demand



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus**

thereof; notes the existing problem of staffing those civilian CSDP missions with personnel from the Member States; suggests to follow-up on this issue at the workshop in Luxembourg in the context of implementation of Conclusions of the upcoming June European Council.

36. Urges Member States to realize that only through real and intensive cooperation Europe will be able to build its own defence capacity in order to strengthen our sovereignty; highlights the need to increase the number of Pooling & Sharing projects in implementing the CSDP; welcomes successful Pooling & Sharing projects launched with the support from the European Defence Agency (EDA) and the EU Military Committee (incl. the use of Remotely Piloted Aircraft Systems (RPAS) in line with international humanitarian law, government satellite communications, Air-to-air refuelling (AAR), as well as developing Cyber Defence capability); urges the Member States to use this opportunity by focusing on systematic medium- and long-term cooperation and by exploring the benefits of the Pooling & Sharing initiative before developing their own capabilities.
37. Considering that further developing of deployable rapid response capabilities is crucial and will require more interoperability, more combined training and most of all regular evaluation of readiness standards, underlines that the EUBGs and NATO's NRF and VJTF concepts should be seen as complimentary and not as competing structures; points to the role of EU Battlegroups, which, though yet to be deployed, raise levels of interoperability and readiness of armed forces and could serve as an important tool for implementing an aspect of the CSDP; calls on the Member States to consider by default the deployment of EU Battlegroup as an initial entry force where Member States have decided that a military rapid response is appropriate; underlines the need to adopt a modular concept for the deployment of EU Battlegroups in order to create a more flexible European capability which can operate as a force for rapid intervention and stabilisation operations in crisis areas; encourages the European Council to find a constructive and permanent solution for financial arrangements of EU Battlegroups deployment based on the ATHENA mechanism provisions; calls on the HRVP to come up with proposals by the June European Council on how to improve EU Battlegroups by taking into account the Conclusions of this Conference; decides to follow-up on implementation of Conclusions of the June European Council on defence at a workshop in Luxembourg.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus**

38. Encourages the Member States to organise themselves in order to start identifying capabilities that will be needed to undertake missions that the Foreign Affairs Council may decide to entrust to a group of Member States willing to perform this role, and to evaluate methods and procedures to jointly manage those tasks.
39. Underlines the new security challenges posed by the so-called 4th generation warfare - a hybrid war which is manifested as a combination of unconventional and conventional military methods, elements of cyber, economic and information warfare, as well as political pressure; stresses the need to strengthen the EU's resilience against challenges of the hybrid warfare by creating better civil-military synergies as well as the need to increase dedicated Member States capabilities, including strategic communication and securing EU's external borders; invites the EU to further explore possibilities to improve strategic communication and coordinate its efforts with the Alliance (i.e. the NATO Strategic Communications Centre of Excellence (CoE) in Riga, Latvia).
40. Stresses the need to carry out a review of the existing ATHENA financing mechanism, as foreseen by the Council Decision of 19 December 2011, notably on the scope of common funding; takes note of the on-going work within the Council in this respect; invites the Council to start working on the definition of a simplified mechanism within ATHENA mechanism for the financing of common costs related to implementation of missions undertaken under Articles 43, 44 and 46 of the TEU.
41. Recalls the commitment of EU Member States to increase defence research and technology spending to 2% of all defence expenditure and calls on the Member States to live up to these ambitions; welcomes the launch of a pilot project on CSDP research and the initial work on a preparatory action seeking synergies, especially by using the European Defence Agency, with national research programmes.
42. Reminds that, given the increasing security challenges and threats, it is of paramount importance to ensure that the EU is capable of fully assuming its responsibilities within the international community and underlines the need to implement the relevant TEU provisions, in particular the Permanent Structured Cooperation (PESCO); calls on the HRVP to be fully and proactively



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus**

involved in proceedings related to implementation of permanent structured cooperation under Article 42 (6) of the TEU.

43. Welcomes the HRVP's commitment to work closely with the European Parliament and National Parliaments to ensure that EU's foreign policy is focussed on delivering security, democracy, human rights, stability and hope for a prosperous future for the citizens of Europe; welcomes the opportunity to work with the HRVP on further strengthening dialogue and cooperation between parliamentarians and the HRVP on important matters discussed at this Conference.

